

Ficha de Unidade Curricular

Ciclo de Estudos _2.º__Mestrado em Direito e Ciência Jurídica + 3.º Ciclo_____

1. Especialidade
Ciências Jurídico-Económicas
2. Docente responsável (preencher o nome completo)
Nazaré da Costa Cabral
3. Nome da Unidade Curricular
Políticas públicas e Governação
4. Tema / matéria a lecionar
Governação e Políticas Públicas no Pós-COVID 19

5. Resumo sumário (máximo 1000 caracteres)

- I A crise do COVID 19 e os seus impactos
 - Impactos económicos mais imediatos: nature<mark>za dos choqu</mark>e económicos (de procura e de oferta; a questão da confiança); a reconfiguração das empresas e falências; o desemprego; impactos no sector financeiro; impactos sobre as finanças públicas
 - Impactos de natureza estrutural (1): digitalização e reconfiguração do emprego e dos mercados de trabalho; precariedade laboral; desafios no plano das políticas sociais; a reconfiguração do Estado fiscal e os novos tributos associados à revolução digital
 - Impactos de natureza estrutural (2): a crise do COVID 19 e a emergência ambiental
 - Impactos de natureza estrutural (3): a crise do COVID 19 e o envelhecimento demográfico; a pressão sobre os sistemas de saúde
 - A colisão de direitos fundamentais no quadro da emergência de saúde pública: transparência vs. privacidade e proteção de dados; direito (coletivo) à saúde vs. liberdades (individuais) fundamentais
 - Governação pública em contexto de crise: desafios no plano da implementação, execução e avaliação das
 políticas públicas (legalidade vs discricionariedade; a situação de excecionalidade e a prevenção do arbítrio e
 de más práticas de decisão e gestão públicas)

II – A crise do COVID 19 e aspetos substantivos das políticas públicas

- Análise de algumas políticas públicas sectoriais:
 - a) Emprego e Segurança social: reformas de financiamento e de prestação no pós-crise
 - b) Saúde: desafios sobre os sistemas de saúde (que cuidados de saúde, que modos de financiamento, que modelos de provisão?)
 - c) Educação: o desafio do ensino à distância; questões de acesso à educação; a educação e a igualdade de oportunidades.

Abordagem de natureza interdisciplinar (cruzando o direito, a economia, a sociologia e a ciências política); análise do direito interno de cada país selecionado, ou de direito comparado, ou ainda dos direitos europeu ou internacional.



A Bibliografia e outros elementos de estudo serão fornecidos através da plataforma Moodle, cuja palavra-passe será facultada aos alunos no primeiro dia de aulas.



FACULDADE DE DIREITO UNIVERSIDADE DE LISBOA